

# Constituinte

Descentralização — a ser executada por uma união entre o Estado e a iniciativa privada e regulada por lei — é a palavra-chave da tese do professor Hélio Jaguaribe, da Comissão de Estudos Constitucionais, para acabar com os bolsões de miséria que ainda persistem.

## Uma receita para acabar com a miséria



O cientista social Hélio Jaguaribe disse ontem no *Jornal da Tarde* e *O Estado* que "o problema da miséria, que atinge cerca de um terço da população brasileira, não deve ser superado pelo País através de um modelo estatizante devendo envolver um esforço fundamental da livre iniciativa, que tem capacidade para assegurar uma contribuição expressiva".

Jaguariibe, membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais que realiza um "esforço concentrado" em Itaipava, para acelerar os seus trabalhos, disse que por sua contribuição para a oferta de empregos a microempresa poderia ficar isenta de impostos, aumentando-se a carga tributária em seu conjunto para outros segmentos da economia, de modo racional.

### Miséria

O cientista social disse que os bolsões de miséria estão "concentrados", do ponto de vista regional, no Nordeste; do ponto de vista ocupacional, na agricultura e também nas áreas urbanas. Ele disse que "um terço das famílias brasileiras estão em condições de miséria e um quarto em estrita pobreza".

O cientista disse que "é indispensável que hajam programas nacionais de desenvolvimento social contra a miséria, que seja objeto de lei e que tenha os Executivos Federal, estadual e municipal por trás dele". Jaguaribe disse que a complexidade do problema da miséria nacional "envolve uma descentralização na ação dos mais diversos setores, nos quais a iniciativa privada pode

rá exercer um papel muito importante, em uma verdadeira mobilização contra o problema".

"Um programa deste só pode ser realizado com a participação do setor público e do setor privado. Pensar que um deles pode resolver o problema sozinho ou que deva ser adotada uma estratégia estatizante não tem nenhum sentido. A existência de um setor industrial, por exemplo, como o da indústria automobilística, gera empregos qualificados e uma série de lideranças sindicais muito importantes".

### Iniciativa privada

Jaguariibe disse que caberá ao Congresso Nacional a aprovação de um plano nacional de desenvolvimento social, com vários projetos, nos quais a iniciativa privada terá um grande papel a desempenhar. "Não caberá fazer opção por uma linha estatizante, porque os grandes problemas econômico-sociais não poderão ser resolvidos apenas pelo Estado, porque a iniciativa privada, mobilizada e motivada, terá uma participação relevante para que o plano tenha êxito", acrescentou Jaguaribe.

O cientista social disse que a iniciativa privada, pura e simplesmente, não poderá

resolver os graves problemas econômicos e sociais. "Porque a supressão da miséria só vai ser viável com a utilização de um programa nacional que também utilize todos os mecanismos do Estado, inclusive o tributário." Mas isso, segundo Jaguaribe, "não torna necessária uma opção estatizante em que só o Estado pode ter condições de resolver estes problemas, mesmo porque, a contribuição da iniciativa privada será altamente relevante".

O combate à miséria brasileira, segundo Jaguaribe, "exige uma mudança no perfil do nosso sistema produtivo. O que nosso trabalho sobre as causas da pobreza absoluta mostrou é um perfil tanto da produção agrícola quanto da produção industrial que mostra que os dois setores não são suficientemente empregados".

Assim "se nós não introduzirmos modificações deliberadas, através de um plano e de uma vontade nacional, nós teremos um grande progresso econômico e tecnológico, acompanhado da perpetuação da miséria". Ao concluir, o cientista político disse que o País tem de "retomar uma carga tributária próxima de 28%, pois destes 28% serão necessários 2% para o combate à miséria e mais 2% para as inversões infra-estruturais".

### Serviço militar

A Comissão Provisória de Estudos Constitucionais aprovou ontem proposta para o capítulo de direitos fundamentais do seu anteprojeto de Constituição, que suspende a obrigatoriedade do serviço militar. O texto aprovado pela Comissão diz que "é lícita a excusa de consciência para eximir-se da obrigação do serviço militar regular, salvo em tempo de guerra". O texto aprovado, relativo ao artigo 17 do capítulo dos direitos fundamentais diz, no seu parágrafo único que "o exercício desse direito impõe a seu titular a realização de prestação civil alternativa".

O ex-deputado federal Ferro Costa, da extinta União Democrática Nacional (UDN), que apoiou a extinção da obrigatoriedade do serviço militar, disse que "a intenção foi mesmo de acabar com esta obrigatoriedade".

Já o presidente da Comissão, Afonso Arinos, disse que a questão da obrigatoriedade do serviço militar, ainda poderá ser objeto de apreciação pelo comitê de sistematização, enquanto o secretário executivo Mauro Santayana confirmou que o serviço militar, de acordo com a proposta aprovada, não seria mais obrigatório como atualmente.

te, sendo suas palavras endossadas pelo jurista Evaristo de Moraes Filho. O secretário-geral da Comissão, Ney Prado, já adotou uma posição mais crítica em relação à proposta aprovada sobre a extinção da obrigatoriedade do serviço militar. Ele disse, que tal mudança pode ter como consequência o comprometimento da própria cidadania "pois a cidadania é assegurada pela soberania, que pode ficar afetada com o comprometimento da formação de recursos humanos para as Forças Armadas".

Depois de admitir que as Forças Armadas modernas necessitam de um índice de profissionalização ainda mais elevado, Ney Prado disse que "se de um lado a proposta aprovada faz uma ressalva, não abrindo mão da obrigatoriedade do serviço militar em tempo de guerra, é no tempo de paz que as Forças Armadas preparam seus homens ou pelo menos aqueles que se constituirão em sua reserva para caso de necessidade de defesa da soberania".

Ney Prado disse que "o que há na realidade na Comissão não é uma briga entre progressistas e reacionários ou conservadores, um conflito de natureza ideológica, mas sim de um lado, os idealistas, ou seja, os que idealizam uma situação e uma ordem perfeitadas, e de outro, os realistas, os que pretendem uma Constituição de acordo com a realidade nacional e com as realidades históricas e as necessidades futuras".

### Livre manifestação

A Comissão aprovou ainda outra proposta para o capítulo dos direitos fundamentais que diz que "é livre a manifestação do pensamento e da expressão de crença religiosa, de convicções filosóficas e políticas, passando a ser este o artigo 18 do capítulo".

De acordo com a proposta aprovada pela Comissão, cada cidadão, responderá, "na forma da lei, pelos abusos que cometer no exercício das manifestações de que cogita o artigo 18. Não será permitido "o incitamento à guerra, à violência ou discriminação de qualquer espécie".

Hélio Contreiras, enviado especial

## Eleições gerais atrapalham, diz Bornhausen



deveriam mostrar isso a seus eleitores". O ministro abriu duas exceções: a de seu próprio partido, o PFL, "que através da Fundação Tancredo Neves está fazendo um profundo trabalho a respeito, e o que prepara seu próprio esboço constitucional para que seus integrantes também possam ter a sua posição". Para Jorge Bornhausen houve um

# Censura

A assessoria da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais alterou um texto do repórter Rodrigo Barbosa, da Sucursal do Rio do jornal Folha de São Paulo, praticando um ato que foi classificado por um jurista da Comissão como tentativa de censura e demonstração de excessiva ingenuidade por parte da sua autora, a chefe do serviço de apoio à imprensa da Comissão, jornalista Vânia Santayana.

O original escrito pelo repórter informava que quatro dos membros da co-

missão levaram suas mulheres para Itaipava, e ao ser transmitido pelo telex da Comissão — o único à disposição dos vários jornalistas que cobrem as reuniões — foi acrescentada a informação de que as despesas das mulheres dos "notáveis" não são pagas pelo governo federal, mas sim pelos próprios conselheiros.

A assessora tentou também alterar o texto da repórter Alana Gandra, da Empresa Brasileira de Notícias (EBN). Segundo a assessora, o que ocorreu nos dois casos foram "mal-entendidos". Ela ex-

plicou que nem estava presente no momento em que foi transmitida a matéria do jornal paulista, mas uma funcionária do telex chegou a perguntar se as matérias a serem transmitidas haviam passado pela assessoria.

A comissão distribuiu uma nota em que informa que os custos de operação dos Centros de Treinamento do Ministério das Minas e Energia, onde são realizadas as reuniões da comissão, estimados em Cr\$ 420 mil, foram transferidos para o Ministério da Justiça.



## DIPLOMA

O fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista foi aprovado ontem, em Itaipava, pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, de acordo com a interpretação do artigo 19 do capítulo dos Direitos Fundamentais do anteprojeto de Constituição. Ele diz que "todos têm o direito de procurar, receber, imprimir, divulgar informações corretas, opiniões e idéias, assegurada a pluralidade de fontes, proibindo o monopólio dos meios de comunicação". O reitor da Universidade de Brasília e membro da Comissão, Cristovam Buarque, também aprovou.

## O PMDB começa a debater a Constituição

A Fundação Pedroso Horta, do PMDB, está convidando para a "Quinzena da Constituição", um ciclo de debates de "temas essenciais" sobre os quais trabalhará a Assembleia Nacional Constituinte. O ciclo vai do dia 4 a 18 de julho, na rua Martiniano de Carvalho, 807. As questões agrária, sindical e urbana, além da educação, soberania nacional, discriminação social, ecologia, municipalização e questão

institucional, são os temas da pauta da quinzena, cujas palestras começarão sempre às 9h, com duração de 30 minutos cada, seguindo-se debates. Entre os palestrantes estão o ministro do Trabalho, Almir Pazianotto, Gerardo Atalla, Paulo Renato, José Gomes da Silva, Edson Freire, Miguel Reale Júnior e Hélio Santos. Segundo a Fundação Pedroso Horta, a intenção é "mobilizar toda a

sua militância e sublevar sua executiva na elaboração das grandes bandeiras a serem defendidas pelo PMDB durante a Constituinte e no congresso do partido, em agosto próximo". O secretário do Interior e presidente da Fundação Pedroso Horta, Chopin Tavares de Lima, assim se manifestou a respeito do evento: "A Fundação Pedroso Horta — órgão de assessoramento do PMDB — se realiza essa Quinzena da

Constituinte pretende mobilizar toda a sua militância em torno das bandeiras do partido e atender aos anseios do ex-presidente Tancredo Neves, que pretende var nesse período pré-Constituinte todos os auditórios se transformando em centros de debates das teses que, inseridas na Nova Constituição, garantirão à Nova República uma ordem social mais fraterna e mais humana".



Ulysses Campos

## O Senado resiste à emenda Ulysses. E quer nova solução.

A situação agravou-se com a retirada da assinatura do único senador signatário da emenda que cria uma comissão representativa.

Se aprovada a emenda Ulysses, durante o funcionamento da Constituinte — sem prazo determinado — não haveria mesas diretoras da Câmara e do Senado e do Congresso Nacional. O presidente da Constituinte seria o vice-presidente da República.

Entre as atribuições que seriam transferidas à comissão representativa estão as seguintes, hoje privativas do Senado: aprovar a escolha de ministros do Supremo Tribunal Federal, do Tribunal Federal de Recursos, do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal de Contas da União; do governador do Distrito Federal; conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e chefes de missões diplomáticas de caráter permanente. Ainda: autorizar empréstimos, operações ou acordos externos, de qualquer natureza, dos Estados, e dos municípios; fixar, por proposta do Executivo, limites globais para o montante da dívida consolidada dos Estados e municípios; estabelecer e alterar limites de prazo, mínimo e máximo, das taxas de juros e demais condições das obrigações por eles emitidas; proibir ou limitar temporariamente a emissão e o lançamento de quaisquer obrigações dessas entidades.

Seriam transferidas à comissão representativa a competência do Senado de suspender a execução, no todo ou em parte, de lei ou decreto, declarados inconstitucionais por de-

cisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, e expedir resolução e propor projetos de lei que criem ou extingam cargos de seus serviços e fixem os respectivos vencimentos.

### Congresso

Das atribuições do Congresso Nacional, com a sanção do presidente da República que a emenda Ulysses transfere à comissão representativa figuram legislar sobre tributos, arrecadação e distribuição de rendas; orçamento anual e plurianual; abertura e operação de crédito; dívida pública; emissões de curso forçado; fixação dos efetivos das Forças Armadas para o tempo de paz; planos e programas nacionais e regionais de desenvolvimento; criação de cargos públicos e fixação dos respectivos vencimentos; limites do território nacional; espaço aéreo e marítimo; bens do domínio da União; transferência temporária da sede do governo federal; concessão de anistia; organização administrativa e judiciária dos territórios; contribuições sociais para custear determinados encargos.

É da competência exclusiva do Congresso Nacional: resolver definitivamente sobre tratados, convenções e atos internacionais celebrados pelo presidente da República; autorizar o presidente da República a declarar guerra e a fazer a paz; a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente; autorizar o presidente e o vice-presidente da República a se ausentarem do País.

Outras atribuições exclusivas do Congresso Nacional: aprovar ou suspender a intervenção federal ou o estado de sítio; aprovar a incorporação ou desmembramento de áreas de Estados ou de Territórios, mudar temporariamente a sede; fixar, para vigor, na legislatura seguinte, a ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional, assim como os subsídios destes, os do presidente e os do vice-presidente da República; e julgar as contas do presidente da República.

Todo este elenco de atribuições do Legislativo seriam assumidas, temporariamente, pela comissão representativa. O deputado Ulysses Guimarães, que também é candidato a presidente da Assembleia Constituinte, acha que seria inconveniente o funcionamento simultâneo de quatro Câmaras — Assembleia Constituinte, Câmara dos Deputados, Senado Federal e Congresso Nacional — no mesmo prédio e utilizando os mesmos funcionários.

líder do PMDB no Senado, Alfredo Campos, que até ontem era o único signatário da emenda Ulysses Guimarães na Casa, criando uma "comissão representativa" que teria atribuições de Poder Legislativo ordinário durante o funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte, retirou ontem sua assinatura sem maiores explicações. Na Câmara, entretanto, mais de 160 deputados já deram seu apoio à emenda Ulysses.

Segundo o líder governista, Ulysses Guimarães não conversou preliminarmente com nenhum senador, deixando que cada um conhecesse sua emenda através da imprensa. Para Alfredo Campos, as sucessivas atitudes da Câmara no sentido de tentar impor ao Senado suas causas e seus projetos está contribuindo para dificultar qualquer entendimento.

Depois de afirmar que o Senado não apoiará a emenda, Alfredo Campos disse que terá um encontro com o presidente da Câmara, em meados de agosto, do qual participará toda a bancada do PMDB. Então, todos poderão conversar sobre a emenda, e inclusive encontrar uma solução nova que não seja considerada prejudicial para os senadores.

Além disso, observou que a proposta de Ulysses conduziu ao unicameralismo na fase pós-Constituinte, o que não interessa ao Senado, que seria extinto.

### Câmara

Mas as resistências à emenda Ulysses Guimarães na Câmara não foram ainda totalmente resolvidas.

Os líderes do PFL e do PDS, José Lourenço e Amaral Neto, mesmo assinando a emenda, afirmaram que deve ser atribuída à própria Constituinte definir sobre o funcionamento do Poder Legislativo ordinário. Esta é, também, a posição do deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE). No Senado, até agora, apenas dois senadores — dos 26 necessários — formalizaram a proposta — prometeram apoiá-la: os paulistas Fernando Henrique Cardoso e Severo Gomes, ambos do PMDB.

A emenda Ulysses transfere todas as atuais atribuições da Câmara, do Senado e do Congresso (Câmara e Senado reunidos) à comissão representativa, de 72 membros, na Constituinte. Faz uma única exceção: será competência da Assembleia Constituinte julgar o presidente da República, os ministros de Estado, os ministros do Supremo Tribunal Federal e o procurador-geral da República nos crimes de responsabilidade.